

TORNAR-SE HISTORIADOR NO BRASIL OITOCENTISTA: A ESCRITA DA PRIMEIRA HISTÓRIA DA PROVÍNCIA DO CEARÁ (1867)

Hugo Hruby¹

Resumo: A partir de 1822, com a implantação do amplo, difuso e longo projeto político de enredamento das províncias, o processo de escrituração das *cousas pátrias* mobilizou variado grupo de letrados por diferentes rincões do Brasil. Na Província do Ceará, havia um pujante grupo dedicado a investigar, sistematizar e narrar os acontecimentos locais a fim de contribuir para a escrita da História do Brasil. O artigo analisa o livro *História da Província do Ceará desde os tempos primitivos até 1850* (1867) do cearense Tristão de Alencar Araripe (1821–1908). Por meio da ênfase na dimensão textual (lógica e estrutura) é possível ampliar a discussão sobre práticas e lugares de produção dos candidatos à especialista em um campo do saber em construção.

Palavras-Chave: Tristão de Alencar Araripe; Província do Ceará; Historiografia.

BECOMING A HISTORIAN IN NINETEENTH-CENTURY BRAZIL: THE WRITING OF THE FIRST HISTORY OF THE CEARÁ PROVINCE (1867)

Abstract: From 1822, with the implementation of broad, diffuse and long political project of entanglement of the provinces, the process of inscribing *homeland materials* mobilized varied literate groups in different corners of Brazil. In Ceará Province, there was a thriving group dedicated to research, organize and describe local events in order to contribute to the writing of the History of Brazil. This paper analyzes the book *History of the Ceará province from early times to 1850* (1867), by Tristão de Alencar Araripe (1821–1908), born in Ceará. Through the emphasis on textual dimension (logic and structure), it is possible to extend the discussion on production practices and places of production of candidates for expert in a field of knowledge still in construction.

Keywords: Tristão de Alencar Araripe; Province of Ceará; Historiography.

* Este trabalho é parte da pesquisa desenvolvida como doutoramento na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, sob a orientação do Prof. Dr. Charles Monteiro, com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

¹ Graduado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2003), Especialista em História do Brasil pelas Faculdades Porto Alegrens (2004), Mestre (2007) e Doutor (2012) em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Atuou como professor de Ciências Humanas na Rede Estadual de Educação (RS). E-mail: hugohruby@gmail.com

O Ceará é, dos Estados do Norte, quiçá de todos da União, o que com mais afinco se entrega ao estudo das suas coisas passadas (ABREU, 1899: 22).

Em 12 de agosto de 1870, com a presença do Imperador D. Pedro II, no decorrer das comemorações patrióticas pelo término da Guerra do Paraguai, realizou-se mais uma sessão do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), no Rio de Janeiro. Nela, o parecer referente ao primeiro volume da História do Ceará, de Tristão de Alencar Araripe (1821-1908), foi lido e aprovado. O livro, ao ser entregue no instituto como obra de valor sobre o Brasil, comprovava a suficiência literária do autor. Em razão disso, o candidato – juiz, parlamentar e homem de letras – foi proclamado sócio-correspondente do Instituto Histórico. O provinciano chegava à Corte como o primeiro historiador do Ceará; sua narrativa, a pioneira no gênero.

Os critérios que tornavam alguém historiador no século XIX eram obscuros. A História, enquanto disciplina científica e acadêmica, passava por amplas reformulações. Ela preexistia ao historiador. Hoje em dia, tais critérios ainda não estão muito claros. Pesquisar em arquivos e transcrever fontes antigas são suficientes para a habilitação? E compilar histórias e publicá-las? A chancela de uma ou mais instituições se faz necessária? E o que caracteriza a autoridade dessas instituições? Quais as diferenças entre a habilitação para ensinar daquela para pesquisar História? O reconhecimento dos pares é imprescindível ou a aceitação entre os leitores basta? A profissão deveria ser reconhecida em lei? Quando alguém se intitula historiador, já se prenunciam suas habilidades em um campo específico? A designação editorial e/ou jornalística atesta a competência do sujeito e o caráter do que escreve? Escrever bem compensa a insuficiência de questões teóricas e metodológicas? Desde logo, o reconhecimento deveria vir em vida do autor ou a posteridade se encarregaria de elegê-lo? O conjunto da obra ou um texto publicado basta para avaliar essa pretensão?

Distintas ênfases podem ser dadas para respondermos a tais questões quanto ao ofício do historiador. Tangenciar ou focalizar o contexto que possibilita, condiciona e recebe? O sujeito que é condicionado e produz? As pesquisas, regras e troca de informações numa coletividade? Ou ainda o objeto produzido e avaliado? Os estudos historiográficos brasileiros, até o final do século XX, caracterizaram-se pela ênfase na biografia do autor e na explicação e compreensão de sua produção pelas determinações sociais, matrizes

ideológicas ou espírito da época. Catalogação detalhada e localização de textos compensavam falta de leituras e análises minuciosas. Aposição de meia dúzia de adjetivos, facilitada pela visão retrospectiva, carimbava autor e obra numa escala evolutiva do conhecimento histórico. Atualmente, como se observa na comunidade acadêmica voltada para o estudo da operação historiográfica, o foco passa a ser outro. Por meio da leitura atenta dos textos, a representação escriturária é vista como vinculada à experiência, tornando-se portadora de historicidade e condicionada em sua elaboração por perspectivas espaço-temporais (GUIMARÃES, 2008; ARAÚJO, 2010; OLIVEIRA, 2012).

Livro fundador: dos primeiros comentários à formação da memória disciplinar

A partir de sua impressão, em 1867, na vizinha Pernambuco, a *História da Província do Ceará desde os tempos primitivos até 1850* percorreu nebuloso e longo caminho. A começar por leituras no IHGB, o livro de Alencar Araripe foi reconhecido na Corte do Império imediatamente à sua publicação (REVISTA, 1869; VARNHAGEN, 1877: VII, XV; MELO, 1897; ABREU, 1906: 444; ABREU, 1976: 91). No alvorecer do século seguinte, o livro de Alencar Araripe é mencionado pela contribuição ao estudo dos indígenas (BEZERRA, 2001: 13). Ao final da década de 1940, ele permanecia como um dos melhores repositórios de informações sobre a povoação da terra e a civilização dos índios (LINHARES, 1948: 35). O amplo e metucioso trabalho de José Honório Rodrigues contemplou as contribuições do livro para a historiografia brasileira. Pela *História da Província do Ceará*, Tristão de Alencar Araripe foi considerado o primeiro historiador cearense (RODRIGUES, 1951: 178-185; RODRIGUES, 1956: 180-185).

O caráter inaugural do livro na historiografia local lhe valeu duas outras edições. A segunda edição (1958), prefaciada por José Aurélio Câmara, foi publicada na coleção *História e Cultura*, dirigida pelo Instituto do Ceará. Ele realocou a narrativa de Alencar Araripe como pioneira, não somente na historiografia cearense, mas, também, na nacional (CÂMARA, 1958). Uma seleta equipe inseriu 106 notas com correções e complementações factuais e bibliográficas. O livro era lido dentro do movimento de ‘revisão histórico’ e ‘efervescência historiográfica’ (STUDART FILHO, 1966; JUCÁ et al., 2006). A terceira edição (2002), na coleção *Clássicos cearenses*, da Fundação Demócrito Rocha, teve

introdução de Francisco José Pinheiro. O livro de Araripe foi considerado um dos textos fundamentais para compreensão do processo de ocupação da Capitania do Ceará e dos conflitos entre europeus e índios. Pinheiro destacou o valor da publicação nos estudos das relações entre os povos indígenas e a sociedade nacional nos debates sobre os 500 anos do Descobrimento do Brasil (PINHEIRO, 2002). Afora a primeira edição, apresentada como primeiro volume, as demais apareceram como volume único.

Em especial, desde a fundação do instituto histórico provincial, em 1887, até nossos dias, o livro continua a ser referenciado por estudiosos, no Ceará e país afora. Incertezas e contribuições, falhas e méritos, lacunas e excessos, faltas e acertos do livro são apontados (e julgados) pelos praticantes de um ofício que se afirmam reavaliando o fazer dos congêneres. A análise diacrônica das referências ao texto fundador permite ir além da cultura histórica oitocentista, assim, ampliando o entendimento de como foi e está sendo construída a ‘memória disciplinar’ (GUIMARÃES, 2003). O que torna um discurso (incompleto) sobre o passado em narrativa histórica (plena)? O que permite ao seu autor ser considerado historiador? As referências ao texto pioneiro estão baseadas em releituras críticas ou em citações de praxe de comentaristas? O quanto o estudo da escrita da história pode reinterpretar as impressões deixadas na memória disciplinar?

Recentes pesquisas se debruçaram sobre a primeira história do Ceará, colocando-a em diálogo com a cultura política e histórica na província e na Corte, em especial, com as propostas dos sócios do IHGB nos debates acerca do projeto de história nacional (PIMENTEL FILHO, 1995; MONTENEGRO, 1998; SILVA, 2006; RAMOS, 2012; HRUBY, 2012; SILVA, 2013). Neste artigo, tais estudos foram reinterpretados por se entender que a narrativa do letrado cearense é um profícuo espaço aberto a novas leituras: “o livro de história faz-se documento, aberto à série das reinscrições que submetem o conhecimento histórico a um processo contínuo de revisão” (RICOEUR, 2007: 247). A dimensão textual, com sua arquitetura e lógica, ao contrário da maioria daqueles trabalhos, tornou-se o centro desta revisão historiográfica. Reconstituímos, assim, as condições de produção e de possibilidades do texto de Alencar Araripe, bem como investigamos o processo de construção do próprio espaço que o credenciou como historiador até ser recebido no IHGB. No entanto, nos limites e propósitos deste artigo, não foi possível rerepresentar a dinâmica de criação e funcionamento do Instituto Histórico. Balanço crítico

sobre os debates da escrita da história no Brasil oitocentista, tendo essa instituição como tema de pesquisa, foi realizado recentemente (ARAÚJO, 2012).

Nossa investigação dos meandros da *História da Província do Ceará desde os tempos primitivos até 1850* parte da indagação clássica de Michel de Certeau sobre qual o produto fabricado pelo historiador ao escrever: “Seu próprio discurso deve revelá-lo” (CERTEAU, 2006: 96). Esse conselho metodológico vem juntar-se a outro mais recente acompanhado de importantes advertências. Nesse movimento reflexivo, aproximamo-nos do discurso do historiador, para tanto, levando em consideração conceitos e contextos, noções e ambientes, com redobrada atenção às suas articulações, à sua cognição e historicização, e atentos “às sereias dos reducionismos” (HARTOG, 2013: 248). Sigamos, então, os passos do escritor até o historiador pelas sendas do texto.

Lugar da fala: prefácio promesseiro

O prefácio da *História da Província do Ceará desde os tempos primitivos até 1850*, datado de 11 de novembro de 1862, comporta um discurso que destoa dos capítulos do livro publicado cinco anos depois. O texto preliminar de apresentação, com explicações sobre o conteúdo do livro, objetivos e intenções do autor, funciona como carta de (auto)recomendação do postulante a um ofício. Mais do que informar, o exórdio almeja convencer o lugar para onde se destina a publicação. Nessas linhas, Araripe mencionou a pretensão maior do seu trabalho, a comunidade de historiadores e a historicidade da História, as relações passado-presente, os motivos singulares de sua escrita, suas expectativas, a organização do livro e o aporte documental.

Araripe planejou escrever a história do Ceará para dar testemunho de ‘amor ao solo pátrio’. Essa polissemia – solo pátrio –, ao deixar dúvidas por se referir tanto ao Ceará como ao Brasil, abre o diálogo narrador-destinatário, no qual a palavra assumirá sentido de acordo com o leitor. O tom emotivo de abertura se mistura com um discurso humilde em que a história se constitui na “modesta e sincera narração dos fatos mais notáveis acontecidos na minha província, autenticados por documentos insuspeitos e cuidadosamente verificados”. A afirmação categórica elimina dúvidas: “na Verdade faço consistir o mérito do meu singelo trabalho” (ARARIPE, 2002: 23). As declarações nesses

curtos parágrafos expõem o esforço criterioso do autor. Ele acentua as pretensões de seu fazer: oferecer exemplos de patriótico civismo aos leitores por meio da narração ingênua, isto é, sem ornamentos, adornos, enfeites. Tal postura afastaria seu texto das narrativas literárias – Belas-letras – quanto às discussões sobre o estilo. Entre escrever bem e relatar o verdadeiro, o autor deixa claro sua opção.

As palavras introdutórias são corroboradas pelo grupo do qual o candidato diz fazer parte. Ele se coloca como integrante de uma congregação maior, os praticantes de um ofício de longa data e por terras longínquas: dos historiadores da antiguidade clássica (Roma e Grécia) aos das maiores nações na atualidade (Inglaterra, França e Estados Unidos). Essa inserção num grupo com habilidades específicas leva o autor a tecer o estado da arte dos estudos históricos. Araripe adverte que a História está passando por mudanças profundas em sua compreensão. No passado, ela era apenas o registro de batalhas e conselhos de reis, crimes, loucuras e infortúnios do gênero humano. No presente, a História vai além para se ocupar do modesto cidadão. Segundo Araripe, não é somente a narrativa que muda de temas, o mundo, igualmente, está em transformação: do antigo tempo de convulsões para o da calma da civilização. A escrita da história deveria acompanhar essa desaceleração temporal. A narração passaria da exaltação das ações dos guerreiros para as dos sábios. Do passado conturbado chegar-se-ia ao presente ordenado: das incultas selvas às cidades, dos ínvios sertões para as cômodas estradas, dos terrenos pantanosos para as profícuas culturas, das hordas miseráveis e minguadas para a população rica e numerosa, da fraqueza dos indígenas à inteligência dos intrépidos portugueses. Enfim, a chegada ao Ceará da marcha providencial da humanidade seria mostrada pela escrita de sua história.

A incompletude da pesquisa é reconhecida pelo próprio autor em razão da escassez de fontes. Como nação recente, “falta-nos tempo para ter a verdadeira história”. O passado é breve demais. Somente no futuro, indeterminado em sua consecução, a História do Brasil poderá ser escrita. Para tanto, os materiais para a grande obra estariam nas histórias parciais das províncias. Aqui está o valor do seu livro. Consiste num pequeno bloco para “o artefato monumental de nossas glórias”. De acordo com o candidato a historiador, além de tempo e documentos, falta sapiência para erigir tal monumento. Trata-se de um saber que viria com o tempo: um aprender a fazer. É pertinente pensar que às tentativas de definição do que seria a nação e o papel de seus obreiros corresponde uma concepção de literatura como

soma das escritas produzidas pelos letrados nascidos no Brasil. Nesse aprender a fazer, as letras são “um marcador bastante objetivo do grau de civilização/perfeição alcançado por um corpo social e político” (ARAÚJO, 2008: 107-108). A própria escrita da primeira história do Ceará é apresentada, por Araripe, como fruto do pretense grau de civilização atingido pelas letras no Norte.

A maior parte do prefácio é dedicada à explicação dos motivos particulares que levaram o autor a escrever o livro. Àquelas mais gerais e ufanistas, expostas no início do texto de apresentação, estão reservadas, ao final, as causas singulares: no que o autor foi tocado como cearense e integrante da família Alencar na década de 1840. Quando cursava as aulas preparatórias para ingressar na faculdade, o autor menciona que teve em mãos um compêndio de História do Brasil. Ao tratar da proclamação da Independência nas Províncias do Piauí e Maranhão, o resumo escolar considerou os cearenses uma horda de vândalos, invasores e causadores de tropelias e latrocínios. Araripe não especifica qual síntese leu cujas palavras o magoaram. Embora não conhecendo os fatos, o autor afirma não ter acreditado nas infames expressões. Essa leitura o levaria, após concluído o curso de Direito em São Paulo (1845), a pesquisar para verificar como os cearenses se portaram por ocasião da Independência do Brasil.

Ao partir do que chama de narração desnaturada, da exposição de fatos deturpados, das falsidades que desvirtuaram sacrifícios e macularam ações generosas, da falta de informações sinceras, das palavras injuriosas a toda província, o autor pesquisou documentos para descobrir os importantes serviços prestados pelos cearenses na ocasião. Daquela narração primeira depreciativa, o jovem pesquisador saiu em busca de documentos enaltecendo o passado. Aqui se pode datar quando o autor foi afetado pelo *mal de arquivo*: uma paixão, um não sossego, um desejo compulsivo, repetitivo, irreprimível que o moveu e o motivou pelas sendas da História (DERRIDA, 2001: 118). No entanto o autor alega a não consecução dos seus objetivos iniciais. Outras atribuições (periodista, deputado provincial e burocrata) suspendiam, por ora, as pretensões do candidato a historiador.

Caso, ainda, a ofensa aos brios de cearense não fora suficiente para estimulá-lo a dar forma às informações coletadas, uma nova publicação injuriosa lhe fez rever as primeiras anotações. Em artigo não especificado no Diário de Pernambuco, repetiu-se a “injustiça das apreciações errôneas pela insistência dos fatos”. Possivelmente, Alencar Araripe se

reportava ao *Esboço histórico sobre a Província do Ceará*, de Pedro Théberge, publicado a partir de 28 de novembro de 1859. Em vez de merecer amor e veneração, a memória de dois nomes estava sendo maculada: Tristão Gonçalves de Alencar Araripe e José Martiniano de Alencar. Respectivamente, pai e tio do autor. Uma escrita deturpadora novamente estimulava os ímpetos de justiça histórica no jovem pesquisador. Ambos os textos, do compêndio escolar e do artigo de jornal, destratarem a atuação dos cearenses nos acontecimentos do início do século XIX, em especial, quando da Independência e Confederação do Equador (1824). Comentários inexatos e narrações adulteradas vilipendiavam o nome do pai e do tio do autor. Porém as ações de organizar acontecimentos e registrá-los em escrita ordenada, antes de dar o veredicto final, pretendiam fornecer elementos para que cada leitor pronunciasse sua sentença: “julgue cada um por si e, com a verdade, respeitarei o juízo dos homens sinceros” (ARARIPE, 2002: 29-30). Araripe aceitaria a avaliação dos leitores como o juiz perante os jurados. O Tribunal da Posteridade, assim, condenaria ou absolveria os réus em questão.

Ao final do prefácio, há explicações sobre a escrita e o método. O autor diz ter dividido o livro em duas partes: narrativa e documentos. Pela leitura dos historiadores antigos, Araripe afirmou estar convencido da necessidade de documentar a história, pois escrever era proferir contínuos julgamentos. O historiador era “juiz em causa muito augusta e elevada, decidindo o pleito da verdade”. Nessa metodologia há a divisão tripartite dessa demanda pelo real: historiador, leitores e Tribunal da Posteridade. As conclusões do historiador moderno devem estar fundamentadas nos documentos. O seu critério se harmonizaria com as fontes pesquisadas. Os juízos devem estar alicerçados. Trabalhando como homem da lei, o historiador se aproxima dos leitores: “Parece-nos, pois, conveniente deixar ao leitor o direito de comentar por si os fatos e apreciar os caracteres em face dos próprios documentos; assim o leitor se identificará mais intimamente com o narrador, corroborando assisados alvitres” (ARARIPE, 2002: 31-31). Aqui se pode observar a convergência do procedimento metodológico ajustado ao seu objeto e à preparação do leitor para formar e emitir um ‘legítimo’ juízo moral (KOSELLECK, 2014: 315). A modesta e sincera narração dos fatos, por Alencar Araripe, prescindiria da força do estilo das frases, mas encontraria a autoridade judicativa nas provas em anexo. A ligação da narrativa aos

documentos seria feita por números, desse modo, indicando a remissão às fontes no final do livro.

Não obstante a maneira concludente, o prefácio foi escrito antes da organização final dos capítulos publicados em livro. Ele possibilita que se saiba um pouco mais sobre o autor, motivações pessoais, caminhos seguidos para edificar o trabalho, concepção de História e reflexões sobre práticas do ofício. Os leitores, de ontem e de hoje, entram na narração subsidiados por informações e guiados pelo autor. Contudo a expectativa de leitura diante da promessa pode se transformar em decepção. As questões e os métodos anunciados no introito foram contemplados no decorrer do livro? A intenção do autor se efetiva na configuração narrativa? Com que lógica ela foi construída? Quais elementos sustentam a arquitetura do texto? Como ele dialoga com as fontes? Em quais perspectivas o autor se posiciona para selecionar e interpretar os fatos passados? Haveria limites a impedir o cumprimento do prefácio promesseiro?

Eixo de leitura: civilização, propriedade e indígenas

Entre as informações trabalhadas ao longo dos oito capítulos do livro, três questões são basilares, não compartimentadas, pois fortemente imbricadas, que perpassam a narrativa: civilização, propriedade e indígenas. A *civilização* é o ideal a ser buscado e na qual estavam focalizadas todas as ações dos colonizadores e administradores, como as de exploração, ocupação, colonização e organização daquele espaço ao longo de dois séculos e meio. A *propriedade* da terra se constitui, aparentemente excluída a escravidão, no princípio básico para manter o convívio entre pessoas, bem como entre instituições e população. Trata-se do elemento-chave civilizacional. E os *indígenas*, os selvagens a serem civilizados, a raça a ser absorvida. É o outro no jogo da alteridade no discurso. Como essas três questões compõem a narrativa?

No capítulo primeiro, predomina a força da natureza a ser conhecida e vencida com expedições exploratórias, concessão das sesmarias, implementação das lavouras, criação do gado e levantamento detalhado do espaço. Espaço a ser delimitado e enquadrado por convenções demarcatórias (latitudes e longitudes). A natureza, antes de colocar obstáculos, forneceria condições para vicejar a civilização do colonizador: vistosas serras, agrestes

pastagens, arbustos frutíferos, fértil solo alagadiço, atmosfera puríssima, temperaturas agradáveis, constante brisa a amainar o sol dardejante, rios com correntes vistosas, variada fitologia, diversificada fauna e abundância mineralógica. Nas digressões poéticas, o narrador local se aproxima do viajante ao relatar as cenas da natureza em “quadros naturais eufóricos” (SÜSSEKIND, 1990: 84).

Entre os parágrafos dedicados à fauna e à flora, consta breve alusão a outros seres: “Os habitantes aborígenes da província eram, como em todo o Brasil, na época do seu descobrimento, selvagens sem indústria, nem civilização, vivendo da caça, da pesca e dos frutos silvestres.” (ARARIPE, 2002: 52). Apesar das discussões de longa data, cabe lembrar que, somente no século XIX, é colocada de forma mais enfática, pelos letrados, a questão de os índios serem ou não humanos para justificar o seu extermínio (CUNHA, 1992: 134). Nesse trecho da narrativa de Araripe, não se advoga tal fim. Eles estão desumanizados em amplo quadro com cenas da natureza. Essa pequena referência aos indígenas no capítulo primeiro, desvanecida e irrisória, é desproporcional à recorrência com que serão tratados ao longo do texto.

O capítulo segundo, *Tribos indígenas, conquista, a aldeia das mesmas e seu estado presente*, é dos mais extensos. A variedade de nomenclaturas para quinze tribos não esconde as dificuldades de sistematização pelo pesquisador. A designação é seguida da localização e do comportamento dos grupos. A conduta dos aborígenes para com os europeus enseja caracterizações: “dóceis e facilmente acomodaram-se com os europeus”; “assaz, bravios e indóceis”; “os que melhor vontade consentiram nos estabelecimentos dos europeus em suas terras”; “valentes e guerreiros”. Apesar de “povoadíssimo”, quando do descobrimento e da conquista, a população indígena atual é “insignificantíssima”, “quase totalmente desaparecida”, “já se não fazem notáveis pelo número”. Essa constatação serviria para comprovar a lei pela qual a “raça inteligente” domina a “menos feliz” pela força das faculdades. Por esse determinismo nomológico, a colonização europeia cresce por toda a América, enquanto a raça indígena desaparece sem esforço do colonizador (ARARIPE, 2002: 59, 64). Depreende-se que, de igual modo, é só deixar a lei inexorável seguir seu caminho no Ceará.

A caracterização genérica dos povos indígenas, que incluía desprezo por nomes cristãos, usos selváticos, nudez, superstições de ânimos fracos, embrutecimento pela

ignorância, ausência de propriedades, falta de fidelidade conjugal, artefatos rudimentares, paixão por licores embriagantes, instrumentos de ossos humanos, conduz a narrativa à inevitável ação de sujeição pelas armas e sermões. O progresso dessas ações no Ceará foi apontado desde o primeiro expedicionário, Pero Coelho de Souza, em 1603, até a última expedição enviada pelo governo da província, em 1814. Ano de realização, comandante da expedição e tribos atacadas são arrolados parágrafo por parágrafo. Mortes e prisões aterrorizaram os ora tímidos indígenas, ora hordas bravias. A ação de um fomentava a reação do outro por mais de dois séculos de relações beligerantes.

Depois de demonstrados os problemas desse tipo de sujeição com a propagação do temor, do espanto e da destruição dos índios, o texto aponta os resultados benéficos dos meios evangélicos ao chamar “os selvagens incolos ao grêmio da religião e aproveitando-os para a civilização”. De forma semelhante à exposição anterior das expedições, a narrativa segue a ordem cronológica das catequizações desde os trabalhos pioneiros dos jesuítas Luiz Figueira e Francisco Pinto, a partir de 1606, passando pela realização das missões e a fundação dos presídios e aldeamentos até o final do século XVIII. Mesmo com todas essas ações, o capítulo termina com duas constatações ratificadas por afirmações de autoridades do governo. O decréscimo dos povos indígenas é sensível e extraordinário. Os índios não são numerosos, sendo impossível lhes dar regime diferente e segregá-los da comunhão dos cidadãos. Em razão da insignificância numérica, eles estão “confundidos na massa geral da população sem formar classe distinta na sociedade brasileira”. A segunda constatação está nas infrutíferas atividades das autoridades pela inteligência pouco desenvolvida dos gentios e pela fraqueza para o trabalho. O pendor para a ociosidade, o amor aos bosques, os costumes grosseiros, o desconhecimento do valor das terras doadas em seu benefício mostra “a impossibilidade de progredir semelhante raça no meio de uma população civilizada como a nossa” (ARARIPE, 2002: 84, 90). Se a fauna e a flora do Ceará ainda deveriam ser trabalhadas para alicerçar a civilização na região, demandando série de ações às autoridades, os indígenas, pelo contrário, já era caso resolvido. As medidas de absorção, pela espada, pela cruz e pela miscigenação, alcançaram êxito. Resolveu-se o assunto, sem polêmica, com o sumiço do *outro*.

Descortinado o cenário no capítulo primeiro, demonstradas as medidas de ajuste e a solução da questão indígena no segundo, a terceira parte quantifica os sujeitos da ação

civilizadora na região. Embora careça de dados, a narrativa arrola estimativas populacionais do século XVIII ao XIX (até 1852). O texto clama pelo recenseamento da população da província e critica o pouco zelo das autoridades em conhecer a alma, a força, o poder, a riqueza, a glória do país – sua população. A certeza do decréscimo de um grupo no capítulo anterior (dos gentios) se contrapõe à incerteza do crescimento populacional de outro (dos colonizadores). Conquanto o uso reiterado do termo “população” – vinte e oito vezes ao longo do livro –, faltavam estatísticas para quantificar tal incremento civilizacional. Cabe aqui esclarecimento extratextual. O censo de 1852, organizado pelo governo imperial, foi prejudicado pelas revoltas populares nas províncias do Norte. A necessidade da realização de censos demográficos era preocupação da elite letrada, principalmente no interior do IHGB, para preparar o país rumo à civilização (BOTELHO, 2005; KODAMA, 2009: 195-198). Somente em 1870 foi aprovado o projeto de realização do que viria a ser, em 1872, o último censo durante o governo monárquico. O clamor da narrativa de Araripe se situa entre esses dois momentos, 1852-1870.

Se o terceiro capítulo deixa a desejar quanto a mostrar o nível de civilização alcançado ao longo do tempo, o quarto, *Administração da capitania nos tempos coloniais*, enfoca a consolidação do governo que abrangia o território do Ceará, desde os primeiros momentos da colonização na América portuguesa, a organização do espaço pelo colonizador e a maneira pela qual foi empregada a autoridade pública. Esse capítulo enfatiza a descrição e a análise das funções das autoridades judiciais, assim, indicando como a região foi civilizada por leis, regimentos e decretos.

O capítulo quinto expõe a expansão dos colonizadores pela região. As concessões das sesmarias geravam inúmeros conflitos entre concessionários, peticionários, posseiros, antigos e novos sesmeiros, herdeiros e o poder público. Enquanto o sertão era civilizado pelo caminhar, ocupar e cultivar do homem branco, havia outro elemento a ser vencido. Quase dois terços do capítulo são destinados aos indígenas. A escravidão dos gentios é vista como ato de reprovada prepotência dos primeiros povoadores. A culpa recaía sobre o arbítrio dos colonos. Em que pesem os esforços dos governos e a tenacidade dos jesuítas, os resultados não corresponderam às suas esperanças e ao seu empenho, pois a índole dos indígenas era antipática aos “princípios da civilização europeia” e eles jamais responderiam aos esforços empregados para encaminhá-los à vida civilizada. Segundo o autor, quem

estuda os fatos não condena os antigos governantes pelo fracasso ao civilizar os índios. O insucesso procedia da natureza do próprio selvagem, cujas faculdades “não aceitavam todo o desenvolvimento da nova sociedade”. Nos aldeamentos não se conseguiu mudar a índole do selvagem cearense, dando-lhe estímulos de propriedade. Ele sempre conservaria a inclinação à vida simples, sem o pensamento de adquirir e conservar os bens da fortuna: “a propriedade é a ideia que fixa e desenvolve o homem social; tirado esse liame, não há sociedade possível” (ARARIPE, 2002: 145-146).

Esse trecho condensa as três questões basilares na escrita da história: *civilização, propriedade e indígenas*. Mais do que simplesmente narrar fatos, localizando-os no espaço e no tempo, o autor intervém ao fornecer ao leitor um eixo de leitura, isto é, uma proposta de inteligibilidade para esses fatos submetidos ao trabalho de seleção e enredamento específicos (GUIMARÃES, 2007: 101). A declaração de Araripe, citada no parágrafo anterior, é a afirmação de alguém que declaradamente estuda os fatos pretéritos – *o historiador*. O especialista que perdoa as ações das autoridades portuguesas. A absolvição no presente se dá pelas palavras do estudioso do passado. A primeira história do Ceará redime a ação civilizadora. O capítulo termina com a reiteração de não ter havido ato contra a justiça, segundo as regras vigentes do Direito Civil e do Direito das Gentes, na ocupação e apropriação pelos colonizadores portugueses das terras incultas e desaproveitadas. Ao arrogar que as leis (normas) dos homens testificam a lei (devir) da humanidade, as palavras de absolvição de Araripe confrontam as entoadas em versos por outro letrado do período: “aos crimes das nações [contra os índios] Deus não perdoa” (GONÇALVES DIAS, 1857: 67).

É pertinente dar destaque a algo muito peculiar ao Ceará, naquele momento, em que, pelas leis, a pendência indígena deixava de ser essencialmente questão de mão de obra para ser questão de terras. Na década de 1860, houve um indicador significativo do deslocamento do programa de catequese e civilização até então desenvolvido pelo Estado brasileiro. As ações foram transferidas da pauta do Ministério dos Negócios do Império para a da subdivisão da repartição de terras públicas no Ministério da Agricultura (KODAMA, 2009: 214). A Província do Ceará foi a primeira do país a negar a existência de índios identificáveis nas aldeias para se apoderar das suas terras. Vários aldeamentos no Ceará e nas províncias vizinhas foram extintos. Em 1854, quando a Corte exigiu o

arrolamento dos índios e do patrimônio das aldeias, já estava em pleno curso o processo de extinção delas (CUNHA, 1992: 145). Nos estudos realizados na vizinha Província de Pernambuco, Silva aponta que, nos discursos oficiais dos responsáveis pela política indigenista (descentralizada e a cargo das províncias), a imagem que se faz dos índios é a de estarem “confundidos com a massa da população” (SILVA, 1995: 27-32). Palavras idênticas às usadas por Alencar Araripe.

Assim, pode-se observar o quanto a primeira história do Ceará dialogava com problemas locais ao justificar a espoliação em andamento das terras indígenas. Faz desaparecer os índios (do passado ao presente) e perdoa as ações contra eles (do presente ao passado). A argumentação jurídica embasa e absolve as sanções governamentais. As vozes do historiador e do jurista ecoam em uníssono. A história expropriadora do autor cearense faz sumir o índio enquanto agente/sujeito, ensejando-lhe, posteriormente, com Felipe Camarão, imagem exótica e heroica. A sua narrativa compensaria o sumiço do gentio, dando-lhe outro lugar. Araripe pratica a escrita conquistadora: “Os caros desaparecidos entram no texto porque não podem mais fazer mal nem falar. Esses espectros são acolhidos na escrita sob a condição de se calarem para sempre.” (CERTEAU, 2006: 14). Teria a posição dos índios, nos levantes de 1817 e 1824, contribuído para criar um espírito de vindita no autor? Eles, na época, lutaram, ao lado das forças monárquicas, contra os revolucionários republicanos liderados pelos Araripe (ALMEIDA, 2010: 150). Esse espírito seria inusitado em um autor, cujo nome de família, num furor nativista, tem origem indígena (FREYRE, 2004: 541).

Citadas em capítulos anteriores, o sexto detalha as ações colonizadoras nos séculos XVII e XVIII. Entretanto a narrativa arrola os fatos selecionados fazendo-os girar em torno das ações de determinados sujeitos. São rostos humanos em meio à natureza, num ato de nomeação dos agentes civilizadores. O período inicial se baseia nas pretensões dos donatários nas terras da futura Província do Ceará – João de Barros, Aires da Cunha e Fernão Álvares de Andrade – e na busca pelo Eldorado, por Pero Coelho de Souza. O trabalho religioso de Francisco Pinto e Luiz Figueira representou nova fase no relacionamento com os indígenas: a paz geral. Preparado o terreno pelos missionários na catequização dos gentios, foi enviado e nomeado capitão-mor do Ceará o oficial Martim Soares Moreno. O “lançador da primeira pedra da grandeza futura do torrão cearense” é

considerado o fundador do Ceará. O trabalho conjunto da cruz e da espada é destacado. Os missionários incutiram nos selvagens as ideias de paz e harmonia com os colonos e facilitaram a obra do guerreiro que veio assentar as bases materiais dos novos ocupantes. Martim Soares e Francisco Pinto são considerados dois símbolos da transformação da Província do Ceará, a quem cumpre homenagear. Contudo o texto não aponta nem a origem, nem o destino dos dois símbolos. Deveriam permanecer com desfecho em aberto? Para isso, a narrativa se utiliza da comparação metafórica de “semente fertilizada no solo” (ARARIPE, 2002: 167). Ação fundadora que seria irrigada ao ser venerada pelos pósteros.

Enquanto Martim Soares aparece na fase inicial da guerra contra os holandeses (1630), a narrativa sobre a ocupação batava prossegue com as peripécias de Antônio Felipe Camarão, o índio Poti, batizado cristão, amigo dos missionários Francisco Pinto e Luiz Figueira, companheiro de Martim Soares. Glória da expulsão dos holandeses, o herói Felipe Camarão enseja o que o texto aponta como ‘questão histórica’: o ilustre indígena era cearense? Após confrontar diversas fontes, o capítulo encerra em tom louvador. Cabe ao Ceará a satisfação de ser a pátria do “campeão da guerra libertadora de Pernambuco”, da guerra patriótica em que as três castas primárias do país foram representadas sob os nomes de André Vidal e João Fernandes (brancos), Antônio Camarão (índio) e Henrique Dias (negro). As glórias do filho da pátria cearense, que, na narrativa, superam as dos demais, seriam perpetuadas na história da pátria maior. O Ceará começa a esboçar seu panteão de heróis para colaborar na escrita da História do Brasil. A singular imagem heroica, pois indígena, compensa, no narrar, o espaço deixado pelo gentio no presente.

O sétimo capítulo, com trinta e sete páginas, é um dos mais extensos do livro. A narrativa arrola cronologicamente os capitães-mores (nomes e datas), o processo de autonomia a partir do Maranhão e Pernambuco, a criação e organização do governo regular no Ceará, a sucessão dos governadores (nomes e datas) com pequenas informações adicionais dos respectivos governos e as relações conflituosas entre as pessoas. Entre essas controvérsias, as lutas entre famílias recebem destaque. Tais desavenças em meio aos poderosos do sertão, ao afrontarem a aplicação da justiça, ensejam críticas do autor. A tibieza da ação dos governos locais permite a doutrina da vindita particular. Apesar dos assuntos intercalados, escritos talvez em momentos diversos, de forma apressada e/ou não revisados, o capítulo poderia ter o título de ‘as controvérsias pelo sertão’: entre luso-

brasileiros e índios, entre famílias, entre autoridades, entre os da terra e os metropolitanos, enfim, um capítulo para mostrar “quão disputador permanecia o espírito humano” (ARARIPE, 2002: 204, 212). A violência atrasava a construção da civilização no sertão. Após o sumiço dos índios, o *outro* começa a ser delineado no discurso: o fora da lei.

O capítulo oitavo, último segmento do livro, adiciona, sob o título geral de *Estado material e moral da Capitania*, pequenas informações aos assuntos já tratados. Apesar dos esforços para a organização da Capitania do Ceará, o adiantamento da cultura se encontrava em princípios rudimentares ao final do século XVIII. O panorama era desalentador: segurança individual vacilante, comércio limitadíssimo, indústria insignificante, riqueza pública e individual escassa, sertões ínvios, justiça sem valor, despotismo dos governadores sem contestação, nenhuma instrução civil e pouquíssima doutrina religiosa. Um dos principais motivos de desordens pelo sertão estava na questão dos limites das propriedades. Ela gerava intrigas, roubos, furtos, homicídios. Um verdadeiro estado de transtorno de ideias – a perversão do sentimento moral – campeava pelos sertões. Em um esforço ordenador, a narrativa destaca os prudentes e criteriosos conselhos dos juristas. O historiador louva novamente o homem da lei.

Ao final do livro, permanece a constatação do liame civilização-propriedade-índigenas. A propriedade da terra (principalmente de origem indígena) é o principal elemento na imposição do ideal de civilização no sertão. Não cabe aqui, nos estreitos limites deste artigo, resgatar e analisar esse ‘conceito-ônibus’, como é o caso de civilização, portador de uma variedade de significados. Do início do século XIX à década de 1870, em que pese o câmbio semântico no Brasil, o termo não perdeu seu significado modelar. Civilização tinha o sentido de “promover o bárbaro ou selvagem, por meio da urbanização e da educação, ao estado civil, o que não raro significava viver de maneira ordenada sob o império das leis e da religião cristã” (FERES JÚNIOR, 2014: 214). Na primeira história cearense, o termo *civilizar* foi utilizado quatro vezes, ao passo que *civilização*, quatorze. A ideia de civilizar se sobrepôs à de catequizar. O texto do candidato a historiador e político eleito pelo partido Conservador está em conformidade com a ‘agenda saquarema’, onde o conceito de civilização ocupava destacado papel.

O quadro desanimador, ao final do século XVIII, criava no leitor a expectativa por conhecer o que fora realizado e quais os resultados das ações civilizatórias alcançados na

primeira metade do século XIX. O estado caótico permaneceria? A narração do ‘falta muito a fazer’ avalizaria as ações revolucionárias nas primeiras décadas do século XIX? O descaso do poder metropolitano/imperial justificaria as insurreições de cunho republicano engendradas pela família do autor? O leitor deveria aguardar a continuação da narrativa no segundo volume, no qual Araripe encetaria a exposição dos fatos mais recentes, cujos vestígios, segundo ele, eram mais abundantes. A narração dos sucessos no presente século estaria mais circunstanciada, sobretudo, quanto aos importantes e polêmicos acontecimentos políticos. Cabe lembrar que, no prefácio, não há menção a essa interrupção da narrativa. Ao final do livro, o autor lança nova promessa. O projeto civilizacional no Ceará seguia inconcluso em texto inacabado.

Estratégias narrativas: presente reivindicativo, indício de faltas, ponto de vista jurídico

A incompletude na narração dos sucessos contemporâneos não impediu que os anos de 1800 aparecessem na escrita da história do Ceará. Entre episódios dos séculos XVII e XVIII, o *hoje* e o *presentemente* comparecem na maioria dos capítulos. Ademais, referências temporais extrapolam as sinalizadas pelo uso desses advérbios. Na flexão verbal, também, observa-se a questão temporal. Muitas coisas *eram* e *não são mais*, enquanto outras *não eram* e *agora são*. Mudaram, tornaram-se. A atualidade dessas questões presentes, principalmente a ausência de ações das autoridades, dá à narrativa um caráter reivindicatório. Reivindicar a quem? Demonstração e pedido endereçados para onde? A qual leitor implícito se dirige? Transparece não um apelo aberto à população local, tampouco aos letrados cearenses envolvidos com o passado da província, mas aos dirigentes na Corte. O discurso é lançado aos doutos do Sul, o governo monárquico, que têm os meios de implementar a civilização naquelas terras. O autor teve a intenção de mostrar, pela narrativa, o quão conhecedor era da região? Tal nível de sapiência o autorizaria aos níveis superiores na burocracia imperial? Mesmo com esse caráter de reclame, a história do Ceará está balizada, primordialmente, entre os séculos XVII e XVIII. O século XIX permanece em aberto, a contar, a historiar.

Os parâmetros temporais e espaciais, bem como a importância dos fatos e sujeitos narrados, estão diretamente relacionados à existência de fontes. No texto, os limites das afirmações são recorrentes: “não sabemos”; “presume-se”; “não podemos saber”; “não temos certeza”; “a falta de memórias contemporâneas e o desaparecimento dos roteiros de navegação desses primeiros nautas do Brasil, traz-nos a incerteza acerca de fatos”; “é provável”; “não nos chegaram ao conhecimento observações exatas e escrupulosas”; “assim nada pode-se dizer de positivo e certo acerca”; “conjecturas prováveis”; “não nos foi possível descobrir vestígios”; “nenhum escritor contemporâneo, nem documento algum de nosso conhecimento comprova”; “ignoramos”; “não encontrei”; “apenas conjecturo fazer”; “infiro”; “não achei nos registros”; “não é presumível”; “não pude achar os preciosos elementos para dar o quadro exato”, “suposições mais do que averiguados exames são o que nos deixaram alguns escritores”. Desse modo, a história do Ceará é um relato em aberto não somente por seu final, mas pelas lacunas no poder-dizer ao longo da publicação. Chama-nos atenção o uso da primeira pessoa do plural, quando o autor fala como parte de um grupo de pesquisadores (não nomeados) cujas limitações lhes são comuns. Essas restrições levam o autor a narrar de maneira sucinta os episódios dos primeiros tempos em razão dos escassos registros públicos e memórias particulares. Tal carência não permite “individualizar os acontecimentos” como, talvez, exigisse a curiosidade do leitor (ARARIPE, 2002: 233). Se a documentação lhe impunha limites, a solução estaria em perscrutar o que já fora escrito e publicado por outros autores. Surge, então, a questão do narrador como leitor.

Três pontos merecem destaque nas leituras apropriadas. Primeiramente, nas transcrições do *Caramuru* (1781), de Santa Rita Durão, e dos versos não identificados, o índio fala por meio dos poetas. Pelas falas imaginadas, lemos as palavras do selvagem inspiradas, sentidas e traduzidas pela ilustração do colonizador (ARARIPE, 2002: 65-66, 68-69, 153). O outro no discurso, além de desaparecer fisicamente, não tem voz. O narrador incorpora os versos à prosa como um ventríloquo. Na escrita conquistadora, linhas poéticas são transcritas para dar ao leitor a impressão de que as palavras provêm dos índios. Ecoam por estas linhas traços da poesia indianista, tão fortes ao final da década de 1850, que funcionam como um “atestado poético da inexistência” (OLIVEIRA, 2009: 241).

O segundo ponto está no uso e na discussão da bibliografia de forma mais intensa justamente sobre as sociedades ágrafas. Os indígenas são historiados obviamente não pelo que escreveram, e sim pelo que fora escrito sobre eles: Manuel Aires de Casal na *Corografia Brasílica ou Relação histórico-geográfica do Reino do Brasil* (1817), Milliet de Saint-Adolfe no *Dicionário Geográfico, Histórico e Descritivo do Império do Brasil* (1845), Barão de Montesquieu no *O espírito das leis* (1748), Visconde de São Leopoldo na segunda edição dos *Anais da Província de São Pedro* (1839) e Simão de Vasconcelos nas *Notícias Curiosas do Brasil* (1668). A deficiência de tais trabalhos, agravada pela ausência de documentos, leva o autor à contraposição com outros registros: “Fazendo a enumeração das tribos indígenas, que percorriam o território cearense, afastei-me da nomenclatura de escritores, que tenho lido. Todavia segui documentos oficiais coevos, de cuja exatidão não devemos duvidar” (ARARIPE, 2002: 57). Esses documentos não são apontados. A divergência encontrada nos escritores referenciados (não se descartam outros não citados) faz o autor criticar a maneira como o colonizador esquematizou os primitivos habitantes da região, em razão da facilidade da mudança de nomes pelas tribos, da alteração do lugar das habitações, do uso alternado da designação da tribo ou da nação, da referência vangloriosa ou afrontosa entre os próprios gentios. Os ‘selvagens’ são o tema mais abordado, ocupando o maior número de linhas na narrativa, e, paradoxalmente, com menor grau de certeza. A distância entre a prática etnográfica e a escrita da história era enorme. A busca por aproximá-las, em que pesem as propostas de Karl Friedrich von Martius e Francisco Adolfo de Varnhagen, na primeira metade do oitocentos, é expressiva nos trabalhos de Capistrano de Abreu no início do século XX (OLIVEIRA, 2013: 101-112).

O aparecimento mais intenso de outros textos na narrativa, terceiro ponto a destacar nas leituras apropriadas por Araripe, está no resgate da origem do índio Poti, batizado como Antônio Felipe Camarão. Afora a citada publicação de Aires de Casal, Araripe faz referência a outros trabalhos que debateram a origem de Poti: *Memórias diárias de la guerra del Brasil* publicadas em espanhol (1654), autoria de Duarte de Albuquerque Coelho; *Valeroso Lucideno e triunfo da liberdade* de Manoel Calado, publicado em Lisboa (1648); *Anais do Estado do Maranhão* de Bernardo Pereira de Berredo e Castro, publicados em Lisboa (1749 e a 2ª edição de 1849); *Geografia Universal* de Basílio Quaresma Torreão, publicada em Londres (10 volumes, 1824). Além do auxílio nesses últimos,

chamados ‘escritores modernos’, Araripe recorre à tradição para mostrar a verdade incontestável da serra de Ibiapaba (Ceará) como pátria de Felipe Camarão. O uso da tradição, questão deveras recorrente (e pouca precisa) na argumentação dos letrados nas províncias, é observável nas expressões como “sabemos que”, “dizem que”, “conta-se que”, “sabe-se que”, “sei que”, “dizem frequentemente os antigos”. A tradição oral é considerada “fonte importantíssima” da verdade histórica pelo autor, especificamente os depoimentos dos índios que alegavam ser descendentes de Poti (ARARIPE, 2002: 179-182). Séculos transcorridos parecem não afetar a confiabilidade da lembrança que decresceria com o afastamento temporal do lembrado.

Nas discussões entre as províncias, a origem espacial dos primeiros heróis recebe significativa atenção em detrimento da exatidão cronológica de suas existências. Antes de datas, os pesquisadores buscam lugares de origem. A expressividade das ações de Camarão nas guerras holandesas, apesar da dubiedade de propósitos – herói ou traidor –, já fora apontada no artigo *O Brasil holandês*, escrito pelo cônego Fernandes Pinheiro, publicado na Revista do IHGB (PINHEIRO, 1860: 90-91). Não há menção à naturalidade de Camarão e às suas ações no Ceará. Dois anos depois, Fernandes Pinheiro, ao anotar a famosa publicação da *História do Brasil* de Robert Southey, certifica-a: “A pátria do valente caudilho Felipe Camarão não era Pernambuco e sim o Ceará” (PINHEIRO, 1862: 97). Em 1869, na biografia de Camarão publicada no periódico do Instituto Histórico, Pinheiro ratifica a origem sem, contudo, atestá-la documentalmente. Ele se satisfaz com um “crê-se que”. A origem seria aceita como verdadeira, embora “ignoramos quais foram as primeiras façanhas do ilustre guerreiro, que nos bronzes da brasílica pátria gravou seu nome” (PINHEIRO, 1869: 201). A morte permanecia, de igual modo, desconhecida pelos cronistas. Exaltado como herói tebanu nas Termópilas pernambucanas, sobre a memória de Camarão ainda pairava uma “nuvem de traição”. Essa turvação provinha de Gaspar van Barleus, principal cronista do Brasil holandês. Ele afirmou, em 1647, que Camarão escrevera uma carta ao governador holandês (invasor), oferecendo-lhe serviços (BARLEUS, 1940: 102). Fernandes Pinheiro alegou que faltavam dados para contestar tal dubiedade. No entanto, a dúvida injuriosa fora perdoada pelas ações nas lutas posteriores: “corramos o véu da anistia sobre este doloroso quadro para assistirmos a reabilitação do

destemido caudilho” (PINHEIRO, 1869: 206). Outra ação perdoada pelos estudiosos do passado.

A respeito dessas discussões sobre a origem de Felipe Camarão, dois artigos de Francisco Adolfo de Varnhagen foram publicados, em 1867, na Revista do Instituto Histórico. No primeiro, ele trava discussão historiográfica para asseverar o local de nascimento do guerreiro. Os argumentos de determinados autores o fizeram acreditar que Felipe Camarão nascera no Ceará: Manoel Calado, Diogo de Campos, Berredo e Aires de Casal. Contudo, para Varnhagen, o testemunho de Duarte de Albuquerque, em *Memórias Diárias*, é concludente: “Se o herói fosse filho de Pernambuco o teriam chamado *Caité*; se das serras de Ibiapaba, *Tabajara*, e se das planícies da costa do Ceará, *Tremembé*. Chamando-o Duarte de Albuquerque *Pitiguar* no-lo declarou positivamente do Rio Grande do Norte” (VARNHAGEN, 1867: 505, grifos no original). Na falta de documentos e pela existência de narrativas oscilantes, o pesquisador se ampara em estudos filológicos. Estava resolvida toda dúvida acerca da naturalidade do herói índio. Varnhagen se diz orgulhoso dessa retificação e aproveita para acusar a situação em que se acha o campo da crítica histórica no país.

No segundo artigo, de semelhante título, Varnhagen afirma que suas suspeitas no artigo anterior se converteram em certezas. Baseado nas designações em língua túpica, constantes em mapas antigos, o autor ratifica etimologicamente as afirmações anteriores. Além da origem silábica, Varnhagen disserta sobre a articulação gutural e nasal das palavras indígenas. Esse esforço comprobatório contínuo por meio da confirmação paulatina pela “harmonia que vão guardando entre si todas as provas” mostra a complexidade da questão no período. No parágrafo final, ele diz conhecer a amplitude dos debates e os interesses políticos envolvidos ao mencionar os protestos por parte das províncias que se julgavam deserdadas (VARNHAGEN, 1867a: 424). O Rio Grande do Norte é, de acordo com o autor da *História Geral do Brasil*, o berço do herói nacional.

Ao traçar a biografia de Camarão, Joaquim Manuel de Macedo, em 1876, apontou essa disputa entre o Ceará e o Rio Grande do Norte pelo berço do bravo índio, filho das selvas brasileiras. A conclusão de Macedo segue a de Varnhagen (MACEDO, 1876: 123-127). Nas publicações desde 1847 sobre os grandes homens de João Manuel Pereira da Silva, somente em 1868 foram dedicadas algumas linhas a Felipe Antônio Camarão. O

autor cita a Paraíba do Norte como terra natal do guerreiro e patriótico gentio (SILVA, 1868: 311). As Províncias do Ceará e Pernambuco perdiam a herança heroica de Camarão. A *História da Província do Ceará*, que não menciona o debate envolvendo Fernandes Pinheiro, Varnhagen, Macedo e Pereira da Silva, refutava tais assertivas dos doutos do Sul e reivindicava a herança em litígio.

Cabe destacar que todas as referências de Araripe às publicações consultadas são feitas no corpo do texto. Não há notas de rodapé nem para os documentos pesquisados. E desses, os mais utilizados foram as cartas régias. Longas transcrições desse tipo de fonte aparecem nos relatos. Seu uso faz a narrativa assumir um tom de obrigações: “cumprai-lhes”, “competia-lhes”, “tinham”, “deviam”. Tal utilização acarreta no leitor a imprecisão de saber se o que consta como fato previsto nos documentos oficiais se materializou na prática. A narrativa segue um calendário de ordenações jurídicas. Da flexão verbal do modo imperativo dos decretos se passa para o tempo pretérito (perfeito e imperfeito) ou participípio. Do a fazer para o realizaram, realizavam, realizado. As ordens foram cumpridas conforme estabelecia a legislação? O vivido pelas gentes do sertão correspondeu ao previsto nos regulamentos? Vilas, freguesias, hospícios e cargos não poderiam ter sido criados somente no papel? Considerando a deficiência da estrutura burocrática na capitania, quantos relatórios utilizados como fonte já não haviam transformado as intenções oficiais (sem efetivação) em fatos históricos? Não se pode ignorar aqui a criação de realidades passadas por Araripe a partir do “abstrato império das ordens régias” (FAORO, 2008: 143).

A ancoragem da narrativa em fontes com relativa solidez deixa a desejar, igualmente, nas remissões vagas: “um presidente desta província”, “na frase de um rei português”, “na frase de um antigo cronista”, “conforme li em uma antiga memória”, “encontrei nos antigos registros da capitania”. Mesmo sem a identificação, o grau de legitimidade do narrado se crê proporcional à função desempenhada pela autoridade referida, à antiguidade ou ao caráter oficial do documento. A verdade, em outros momentos, é lançada seguidamente ao leitor sem a indicação da origem do relatado. Alencar Araripe reivindica essa autoridade. Estabelece-se um pacto de confiança entre o leitor e o especialista. A cautela demonstrada em vários momentos desaparece em pontos da narração sem indicar o material consultado: “é porém certo que”; “é verdade que”; “é bem fácil de ver que”, “é incontestável”. A história passa a ser narrada de forma contínua, sem lugar a dúvidas. O acontecido é

desvelado, o narrado é o vivido. Nessa construção sem brechas aparentes, os juízos de valor expressos na relação dos capitães-mores e governadores misturam impressões do autor aos epítetos nas fontes consultadas: “homem ativo e animado de bons desejos”, “mereceu o amor de seus governados”, “passou aos pósteros como símbolo de infrene e louco despotismo”, “caráter fraco”.

Em outras discussões, probabilidade, verossimilhança, plausibilidade, indução, conjecturas são invocadas para reforçar os argumentos do autor. Quanto à origem do homem nas Américas, o autor ressalta que a hipótese da transmigração das raças asiáticas pelo Estreito de Bering é ao menos “tão provável e verossímil” quanto a razão baseada na indução (ARARIPE, 2002: 60). Na narrativa dos conflitos familiares, a plausibilidade na busca da verdade é novamente postulada. A cautela do autor é exposta ao declarar que “sem afixarmos qualquer das origens referidas, diremos que nos parecem plausíveis e razoáveis” (ARARIPE, 2002: 215). A memória conservada pela tradição das secas de 1724 a 1793 é contestada pelo autor por entender que há exageros. No entanto os argumentos de Araripe se baseiam em conjecturas (ARARIPE, 2002: 223-224). Por meio desse tipo de enunciação, tem-se uma narrativa que se quer ancorada em fontes, mas anuviada por incertezas. Observa-se a insuficiência de ‘marcas de historicidade’, ou seja, elementos que remetem o leitor para fora do texto, indicando-lhe documentos existentes – insuspeitos e cuidadosamente verificados de acordo com Araripe –, disponíveis em determinado lugar, que permitiriam a averiguação do que fora narrado (POMIAN, 2007: 27-30). Diante do exposto, de que modo se aplicaria a máxima de Araripe, no prefácio, de deixar que cada leitor julgasse por si? A identificação mais íntima entre leitor e narrador seria feita na realidade pela maior dependência e confiança daquele diante deste.

O último ponto a ressaltar na análise das estratégias narrativas adotadas na primeira história da Província do Ceará é o ponto de vista do homem das leis. Seja no uso constante das ordens régias como fonte, seja na construção da civilização no sertão pelo ordenamento jurídico, o trabalho do historiador se deu *pari passu* ao do jurista. Conforme o capítulo sétimo do livro, o espírito humano é deveras disputador. As diatribes ao longo de dois séculos e meio de colonização reforçaram a ação da plêiade nas leis: juristas, advogados, jurisconsultos, magistrados. O processo civilizador na história do Ceará, e quiçá na do Brasil, deu-se pelo confronto do interesse das pessoas diante das leis instituídas. Os

esforços legislativos dos governantes para regular o agir dos súditos são reconhecidos, narrados e louvados pelo historiador-jurista. O bacharelismo se imbricava na preocupação dos letrados com o passado brasílico.

A incompleta *História da Província do Ceará desde os tempos primitivos até 1850* propiciou ao letrado cearense ingressar no IHGB e ser reconhecido como o primeiro historiador do Ceará. Pela leitura minuciosa se constata que civilização, indígenas e propriedade são questões basilares que sustentam o enredo. O livro integra a primeira parte da narrativa a ser finalizada e está ancorado em fontes documentais insuficientes. O passado remoto da província é privilegiado, o que não impede que questões do passado recente sejam cautelosamente aventadas. A narração atesta nomologicamente a sujeição do sertão à raça superior e reivindica atenção à província. O espaço do Ceará recebe maior destaque do que o cearense. Em vez do povo ou do ‘modesto cidadão’, a humanização se dá pelos heróis, principalmente, Felipe Camarão, Martim Soares e Francisco Pinto. O arquivo em falta e a organização de fontes heterogêneas são destacados. Publicações de outros estudiosos do passado socorrem o autor-leitor na construção de sua narrativa, inclusive poesias. Na míngua de documentos, os testemunhos orais recebem especial atenção com a autoridade do narrador. A crítica das fontes, principalmente quanto à autenticidade, é irrelevante no momento que o autor está mais preocupado em buscá-las para confirmar sua ideia original, isto é, sua tese presumida. E a visão jurídica o instrumentaliza – dá-lhe voz –, ao absolver as ações pretéritas, privilegiar certo tipo de fonte e ter a ordenação de leis como meio estruturador daquele espaço no tempo.

Entre a promessa e o narrado: um livro, dois discursos e a misteriosa continuação

Da confrontação entre o prefácio (escrito em 1862) e os oito capítulos (publicados em 1867), emergem os seguintes pontos. Vê-se claramente a pendência do livro por finalizar. Fica-se no aguardo daquilo que motivou o autor em mostrar as injustiças das escritas que injuriavam os cearenses. A promessa é reiterada no parágrafo final do livro. O pai do autor não é citado ao longo do texto, somente o tio José Martiniano de Alencar. Não são feitas apreciações morais nem julgamentos sobre as respectivas participações nos movimentos revolucionários. A narração dos sucessos do presente século (XIX) seria feita

oportunamente. Quando Araripe disse que o leitor deveria aguardar a exposição dos fatos mais recentes, cujos vestígios eram mais abundantes, talvez se referisse a um farto arquivo familiar.

Se, no prefácio, o autor aponta a mutabilidade do mundo e da narrativa histórica, nos capítulos, destacadamente no sétimo, prevalece, no entanto, o registro de crimes, loucuras e infortúnios, como nas histórias antigas que criticara. As pechas de vandalismo, tropelias e os latrocínios dados aos cearenses, que motivaram a postura de repúdio do autor, estão presentes na própria narrativa sobre a província. Antes de uma história de sábios, a história do Ceará é retratada como a de guerreiros, bárbaros e malfeitores. O prefácio e o capítulo final geram a expectativa de que os fatos a narrar, isto é, os acontecimentos, nos primórdios do oitocentos, seriam desse mundo alterado, sem convulsões. Talvez, a configuração dos episódios mais recentes não conseguiria exemplificar a nova fase de calmaria entre os povos. No prometido segundo volume, o Ceará da primeira metade do século XIX corria o risco de ser mostrado quão afastado estava do patamar civilizacional almejado. Como combinar as convulsões revolucionárias no Ceará (em especial, 1817, 1824 e 1842) com a ordem, o respeito à propriedade, o acatamento jurídico, o papel dos sábios?

Destaca-se a percepção de falta na leitura da *História da Província do Ceará* quando os documentos prometidos para o final do livro, e considerados metodologicamente fundamentais, não são indicados ao leitor. A nova maneira de historiar, propagada pelo autor, restringe-se às citações das fontes no corpo do texto, à autoridade de antigas fontes não nomeadas, à sinceridade do autor pela falta de documentos e às afirmações sem comprovação. O primeiro volume do livro de Tristão de Alencar Araripe comporta, assim, dois discursos, em que o publicado se afasta do prometido.

Essas lacunas na narrativa e a não divulgação do segundo volume foram supridas por certa grandiosidade do prefácio. Isso pode ser observado quando o autor diz que o mérito de seu trabalho está baseado na Verdade (com inicial maiúscula). Essa é uma maneira de constatar que outras escritas não estavam? Seja pela concepção de História, seja pelo método, seja pela estrutura ou gênero da narrativa, o papel de historiador é demarcado, pois reivindicado. O amor à verdade e o sacrifício em sua busca são virtudes modelares no reconhecimento do ofício do historiador oitocentista. Proclamar-se portador dessas virtudes – performance virtuosa do historiador – aumentar-lhe-ia a credibilidade (OLIVEIRA,

2013a: 204). O reconhecimento dessas qualidades no historiador cearense, pelos membros do IHGB, seria facilitado quando o próprio Araripe não se coloca entre os demais pesquisadores naquele momento, no Ceará e arredores. Poderíamos até mesmo questionar as bases morais dessa construção fundadora, pois se apresenta como única, do conhecimento histórico local com relação à ética e à epistemologia (KNAUSS, 2008). O estudioso da historiografia não pode ignorar que a primeira história provincial é somente uma entre tantas escritas plurais (romances, crônicas, memórias, estatísticas, compêndios, esboços, apontamentos) que estão sendo publicadas no Norte, em especial, no Ceará e em Pernambuco. Pressupomos que os estudos estatísticos e geográficos de Tomás Pompeu de Sousa Brasil (sócio do IHGB, possivelmente, desde 1854), os esboços históricos de Pedro Théberge, os estudos sobre os indígenas de João Franklin da Silveira Távora (sócio do IHGB a partir de 1880) e do primo José de Alencar (proposto como sócio ao IHGB em 1868), a organização documental de João Brígido (sócio do IHGB desde 1862), os debates no Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano (IAGP, fundado em 1862 e filiado ao IHGB) fossem conhecidos de Tristão de Alencar Araripe. Essas discussões e publicações não se limitavam aos estreitos limites provinciais. A imprensa no Norte e na Corte, o IHGB e seu congêneres em Recife foram espaços de intensos e controversos debates sobre os temas abordados no livro de Araripe. Os trabalhos no Ceará da Imperial Comissão Científica e Comissão Exploradora das Províncias do Norte (1859), igualmente, foram silenciados. Nessa cacofonia provincial, Alencar Araripe ignora os demais e proclamou-se historiador. É possível que nessa disputa de narrativas esteja um dos motivos (e receios) da apresentação ao IHGB de um livro incompleto, pois apressado.

Pode-se avançar nessa questão da legitimação do ofício via discurso pretensioso. Fazer constar a palavra *História* no título de seu livro, proclamar-se historiador e ser recebido pelos pares no lugar privilegiado de produção do conhecimento histórico (IHGB) eram elementos suficientes, na época, para legitimar a narrativa e o ofício. Contudo há uma questão tácita. Capistrano de Abreu, no necrológio de 1878, criticou a produção de Varnhagen por não estabelecer ligações entre os momentos decisivos na vida de uma coletividade. Mesmo com toda a capacidade de pesquisa, Varnhagen não conseguira compreender os acontecimentos sob os fatos mais amplos, generalizando as ações. Capistrano de Abreu, a partir de leituras sociológicas, rogava por um historiador que,

inspirado pela teoria da evolução, mostrasse a unidade dos três séculos de nossa história: “Guiado pela lei do *consensus*, mostre-nos o *rationale* de nossa civilização, aponte-nos a interdependência orgânica dos fenômenos, e esclareça uns pelos outros. Arranque das entranhas do passado o segredo angustioso do presente e liberte-nos do empirismo crasso em que tripudiamos” (ABREU, 1906a: 507-508). Talvez, antes mesmo de 1878, essa necessidade de encontrar uma explicação nomológica estivesse presente nas inquietações maiores dos estudiosos do passado. E, sob essa perspectiva, Araripe construiu e moldou uma narrativa que demonstrasse a sujeição da história local ao devir civilizatório e, conseqüentemente, a interdependência orgânica dos fenômenos.

Araripe se tornou historiador por estratégias próprias afiançadas por um lugar autorizador. Mas em qual categoria de escritor se pode enquadrá-lo? O *commentator*, ao escrever, privilegia as palavras dos outros. O *scriptor* escreve somente as palavras dos outros, sem fazer alterações. O *compiler* escreve as palavras dos outros e acrescenta as de outros autores. O *auctor* escreve as suas palavras e insere as dos demais em anexo (HARTOG, 2003: 128-129). Ao confrontar tais caracterizações com o livro, não é possível dar ao primeiro historiador do Ceará um tipo único. Na composição da narrativa, pelas escassas marcas de historicidade, Araripe assumiu todas as categorias, variando sua intensidade de acordo com os assuntos em cada capítulo. Ele comentou, copiou, compilou e criou narrativas. Portou-se como escritor de texto multifacetado.

A hipótese de que a narrativa de Araripe foi construída conscientemente para ser apresentada ao IHGB é corroborada, também, pela perspectiva adotada quanto às questões indígena e jesuítica. O ponto de vista sobre o papel que esses dois grupos desempenharam no passado brasílico, a fim de figurar nas páginas do grande livro a ser escrito, não era unânime nos debates no Instituto Histórico na Corte. Os trabalhos e fontes relativos à questão indígena ocupavam, sem dúvida, o maior espaço na Revista da instituição (GUIMARÃES, 2011: 144). As discussões sobre o lugar do índio extrapolavam àquele espaço institucional, envolvendo nomes de expressão das letras nacionais, como Gonçalves de Magalhães, José de Alencar, Gonçalves Dias, João Francisco Lisboa, Adolfo de Varnhagen e o próprio Imperador. De maneira semelhante como fez ao abordar a temática dos indígenas, Tristão de Alencar Araripe, ao narrar a ação dos jesuítas, produziu uma escrita que não gerasse conflitos, discussões, debates, réplicas. Nosso autor construiu um

livro não polêmico para o seu aceite. O silêncio sobre a escravidão negra e as aventuras republicanas de sua família vai nesse sentido.

O indício de faltas na primeira história do Ceará nos conduz à questão da incipiente dinâmica arquivística nas províncias. Com a criação do Arquivo da Secretaria do Governo da Província, em 1835, houve várias tentativas de organizar um arquivo público, assim como uma biblioteca pública na década de 1860 (FERNANDES, 2012). Com a calma nos ânimos políticos e a organização documental em arquivo próprio (centralização provincial), os futuros historiadores poderiam (re)escrever as histórias do Ceará com mais facilidade. A dilapidação, pelos homens, pela natureza e pelo tempo, ao menos, não seria tão severa. Entretanto, até a efetivação, em 1932, de uma instituição local para a guarda dos documentos e de uma política de recolhimento sistemático – o Arquivo Público do Estado do Ceará –, os variados esboços, ensaios, memórias, resumos, apontamentos, romances, crônicas e histórias publicados no século XIX continuariam a ser os meios organizadores privilegiados das fontes espalhadas pelos sertões. A *História da Província do Ceará* é apenas um desses meios. Escrever para arquivar o que fora seletivamente lido, visto e ouvido até o momento.

Entre a promessa e o narrado, há a delicada participação dos cearenses nos conflitos na primeira metade do século XIX. Os vínculos familiares explicam o mal de arquivo e a incompleta narrativa de Araripe. Uma explicação foi dada por um dos biógrafos do primo do autor. Os Alencar, derrotados em 1817, 1824 e 1842, permaneceram unidos nas adversidades políticas e instruíram-se para “novas lutas” (VIANNA FILHO, 1979: 37). O primeiro historiador do Ceará pesquisou, mas deixaria para escrever, debater e lutar mais intensamente, no futuro, por diferentes meios no longo processo de catarse para purgação dos ressentimentos familiares. Parte desse rancor, sinalizado no prefácio, advinha do ponto de vista com que os historiadores da Corte tratavam os episódios revolucionários no Norte. Usando uma linguagem peculiar à formação de Alencar Araripe, havia uma ‘jurisprudência historiográfica’ estabelecida. Em especial, em Varnhagen, na *História Geral do Brasil* (1854-1857), em Pereira da Silva, na volumosa *História da fundação do Império brasileiro* (1864-1868), e nos documentos e artigos publicados na Revista do Instituto Histórico, destacadamente nos tomos de 1862 e 1866. O Ceará debutava nas páginas da revista da mais importante instituição de estudos históricos no país vinculado às revoltas nas

províncias do Norte antes e depois da Independência (BARROSO, 1857; REVISTA, 1861, 1862, 1866; THÉBERGE, 1862, 1862a; PINTO, 1866: 97-99; RUBIM, 1866: 220-221).

Essa mágoa motivava e limitava a prática do ofício reivindicado pelo filho do atuante líder revolucionário, assassinado em 1824, cuja lembrança oscilava entre o heroísmo e a traição. O peso das ações pretéritas do pai levou o jovem candidato a um campo do saber em formação, sem regras claras. Alencar Araripe utilizaria a história como arma contra a memória? A própria tradição familiar engendraria a pergunta para a qual o historiador procuraria respostas, fazendo com que escolhesse, mostrasse (ou escondesse) as fontes mais pertinentes para respondê-la (ROUSSO, 1996: 7). A pergunta sobre qual o papel dos cearenses, em especial de seu pai, nos episódios revolucionários seria respondida na desconhecida continuação. A pista foi dada por João Brígido, quando alegou que, em 13 de novembro de 1862, Araripe começou a fazer conhecida a História do Ceará por partes no Diário de Pernambuco (SANTOS, 1919: 62). No exemplar do jornal naquela data, há somente editais assinados por Araripe como Juiz de Direito Especial do Comércio de Recife. Na bibliografia em homenagem ao centenário de nascimento de Araripe, em 1921, constou igualmente que parte do livro de 1867 fora publicada no Diário de Pernambuco (REVISTA, 1925: 853).

Entretanto, a partir da edição de 21 de novembro de 1862 desse periódico, na seção *Literatura*, sob o título *História do Ceará*, o que encontramos não foi o trabalho que seria publicado em 1867, tampouco recortes. Trata-se da misteriosa parte faltante do livro lançado cinco anos depois. Estranhamente, por erro de tipografia ou por assumir novo criptônimo, consta a autoria de “F.A.A.”. Os demais artigos não estão assinados. Talvez, nesses pequenos detalhes, invisíveis à memória disciplinar sobre a historiografia cearense, esteja um dos motivos do escasso conhecimento que perdura até a atualidade sobre a continuação do primeiro volume da *História da Província do Ceará*. Foram sete capítulos publicados até fevereiro de 1863. Nessa outra narrativa, o historiador responde à pergunta maior sobre o papel do Ceará (dos cearenses, em especial de seu pai) nos movimentos de 1817, 1822 e 1824.² Mesmo sem os prometidos documentos, a continuação da narrativa pagava parte da promessa do prefácio de 1862. No entanto, para muitos leitores, inclusive no IHGB, ela permanece desconhecida.

² Exemplares do *Diário de Pernambuco* estão microfilmados no setor de periódicos da Biblioteca Nacional.

Considerações finais

Se alguns dos aspectos centrais da narrativa histórica são controlar, ordenar e domesticar as experiências vividas, a análise da primeira história do Ceará expôs claramente a tensão entre o narrado e o experienciado (GUIMARÃES, 2006: 47). Aflora nas páginas do livro o descompasso entre a experiência vivida, *res gesta*, e o relato possível que sobre ela se construiu, *narratio rerum gestarum*. No entanto o discurso (incompleto) sobre o passado não impediu sua transformação em narrativa histórica (plena). Livro fundador da historiografia local, referência perene sobre os indígenas, atestado de suficiência laboral de historiador. Se a construção da memória disciplinar obscurece tensões e lacunas no funcionamento escriturário e, conseqüentemente, nas práticas de ofício, cabe ao historiador da escrita da história, como se fez aqui, aclará-las.

Mesmo mostrando e analisando a tensão entre o narrado e o vivido conforme a concepção de História, o método, as fontes e o narrador, deixamos tantas outras questões de fora nesta análise historiográfica. A releitura do livro de Araripe suscita várias perguntas sobre práticas e lugares de produção dos candidatos à especialista em um campo do saber em construção. Algumas foram respondidas, outras não. O primeiro ponto de discussão em aberto seria averiguar se uma história pode ser escrita sob o ponto de vista cosmopolita. Como ficaria a história mundial (universal) sob a perspectiva de historiadores patriotas preocupados com as temporalidades nacionais? Segundo, o historiador, apanhado pelo tempo que quer narrar, transforma-se em testemunha. Torna-se fonte confiável de sua própria narrativa por “ter estado lá”? Terceiro, qual a relação intertextual entre as narrativas que foram e estão sendo produzidas no Ceará e em Pernambuco quando a primeira história de Araripe estava sendo construída? E o que faltou aos outros textos (em especial, aos de Sousa Brasil, Théberge, Brígido, Távora e José de Alencar) para serem considerados histórias? Quarto, qual a aproximação e o afastamento entre a narrativa fundadora e as demais propostas dos pesquisadores alocados no IHGB e IAGP? Quinto, qual a vinculação dos demais textos produzidos por Araripe após 1867, como a primeira memória da revolução na Província do Rio Grande do Sul (1880), com o passado cearense?

Se, pelo imperativo político, a integridade do Brasil vinha representada pela escrita de uma história nacional, logo, a história geral do passado brasileiro estava sendo escrita antes da de suas províncias. A síntese das *cousas pátrias*, mesmo prematura, precedia as análises locais. A frase além-mar de Fustel de Coulanges, em 1875, estava distante daqui metodologicamente: “Para um dia de síntese são necessários anos de análise” (citado por HARTOG, 2013: 116). Questão que se coloca igualmente quanto à variação da escala assumida pelo olhar do historiador (micro a macro) e à da duração do vivido (breve a longa). Dessa forma, na segunda metade do século XIX, o registro dos tempos pretéritos das províncias colocava em disputa os textos dos provincianos ante os dos doutos na Corte. Teríamos consideráveis divergências na construção do sentido do pensamento histórico. Diante disso, a epígrafe de Capistrano de Abreu atesta nossa escolha, pois o Ceará era um espaço privilegiado – uma arena de confrontações historiográficas em formação. Os textos de Tristão de Alencar Araripe, recém-ungido historiador, futuro Conselheiro do Imperador e burocrata-viajante, são, para isso, de singular vitalidade. Servem-nos de excelente guia nas querelas sobre a escrita e a pesquisa na cultura histórica oitocentista e ajudam-nos, sobremaneira, a refletir sobre as formas de fazer história que nos constituem como historiadores ainda hoje.

Referências

ABREU, João Capistrano de. Uma grande ideia (1880). In: _____. *Ensaio e estudos: crítica e história, 4ª série*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976. p. 89-92.

_____. Appenso, necrológio de Francisco Adolpho de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro (1878). In: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1906a. t. 1, p. 502-508.

_____. Appenso sobre o Visconde de Porto Seguro (1882). In: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1906. t. 3, p. 435-444.

_____. Sobre uma História do Ceará, *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, v. 13, p. 22-33, 1899.

TORNAR-SE HISTORIADOR NO BRASIL OITOCENTISTA: A ESCRITA DA
PRIMEIRA HISTÓRIA DA PROVÍNCIA DO CEARÁ (1867)

ALMEIDA, Maria Regina Celestino. *Os índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

ARARIPE, Tristão de Alencar. *História da província do Ceará, desde os tempos primitivos até 1850*. 3. ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2002.

_____. *História da Província do Ceará, desde os tempos primitivos até 1850*. 2. ed. anot. Fortaleza: Minerva, 1958.

_____. *História da província do Ceará desde os tempos primitivos até 1850*. Recife: Jornal do Comércio, 1867.

_____. [F. A. A.] História do Ceará. *Diário de Pernambuco* (seção Literatura), Recife, 21-27 nov. 1862; 10-27 dez. 1862; 2-12 jan. 1863; 5-10 fev. 1863.

ARAUJO, Valdeci Lopes de. O século XIX no contexto da redemocratização brasileira: a escrita da história oitocentista, balanço e desafios. In: ____; OLIVEIRA, Maria da Glória de (Org.). *Disputas pelo passado: História e historiadores do Império do Brasil*. Ouro Preto: UFOP, 2012. ePub

_____. A história da historiografia pós Giro Linguístico: para além da metáfora dos lugares. *História da Historiografia*. Ouro Preto, n. 4, p. 13-14, mar. 2010.

_____. *A experiência do tempo*. Conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845). São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

BARLEUS, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do ilustríssimo João Maurício, Conde de Nassau*. 2. ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1940.

BARROSO, José Liberato. Criação da vila do Aracati, na província do Ceará e outras notícias. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, 2. ed., t. 20, p. 170-174, 1973 [1857].

BEZERRA, Alcides. *O Ceará e os cearenses*. ed. fac. sim. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001 [1906].

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. Censos e construção nacional no Brasil Imperial. *Tempo Social*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 321-341, jun. 2005.

CÂMARA, José Aurélio Saraiva. Apresentação. In: ARARIPE, Tristão de Alencar. *História da Província do Ceará, desde os tempos primitivos até 1850*. 2. ed. anot. Fortaleza: Minerva, 1958. p. VII-XII.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2. ed. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo*. Uma impressão freudiana. Tradução de Cláudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 4. ed. São Paulo: Globo, 2008.

FERES JÚNIOR, João; SÁ, Maria Elisa Noronha. Civilização. In: FERES JÚNIOR, João (Org.). *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. 2. ed. rev. ampl. Belo Horizonte: UFMG, 2014. p. 209-231.

FERNANDES, Ana Carla Sabino. *Archive-se: história, documentos e memória arquivística no Ceará*. 2012. 248 f. Tese (Doutorado em História) – Escola de Humanidades, UNISINOS, São Leopoldo, 2012.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 49. ed. São Paulo: Global, 2004.

GONÇALVES DIAS, Antônio. *Os tymbiras: poema americano*. Leipzig: F. A. Brockhaus, 1857.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e Nação no Brasil (1838-1857)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

_____. Uma história da história nacional: textos de fundação. In: LIMA, Ivana Stolze; CARMO, Laura do (Org.). *História social da língua nacional*. Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa, 2008. p. 393-413.

_____. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil. In: CARVALHO, José Murilo de (Org.). *Nação e cidadania no Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 93-122.

_____. Escrever a história, domesticar o passado. In: LOPES, Antonio Herculano; VELLOSO, Mônica Pimenta; PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). *História e Linguagens: texto, imagem, oralidade e representações*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006. p. 45-57.

_____. A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). *História cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2003. p. 9-24.

HARTOG, François. *Evidência da História*. O que os historiadores veem. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira; Jaime A. Clasen. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

TORNAR-SE HISTORIADOR NO BRASIL OITOCENTISTA: A ESCRITA DA PRIMEIRA HISTÓRIA DA PROVÍNCIA DO CEARÁ (1867)

_____. *O século XIX e a História*, o caso Fustel de Coulanges. Tradução de Roberto Cortes de Lacerda. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

HRUBY, Hugo. *O século XIX e a escrita da história do Brasil: diálogos na obra de Tristão de Alencar Araripe (1867-1895)*. 2012. 371 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, Porto Alegre, 2012.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota; SILVA, Ítala Byanca Morais da; BATISTA, Paula Virgínia Pinheiro. A trajetória de um acervo: explanação sobre a organização dos Fundos Capistrano de Abreu e Sociedade Capistrano de Abreu. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, n. 120, p. 115-127, 2006.

KNAUSS, Paulo. Uma história para o nosso tempo: historiografia como fato moral. *História Unisinos*. São Leopoldo, v. 12, n. 2, p. 140-147, maio/ ago. 2008.

KODAMA, Kaori. *Os índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo*. Estudos de História. Tradução de Markus Hediger. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

LINHARES, Mário. *História literária do Ceará*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1948.

MACEDO, Joaquim Manuel de. *Anno Biographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia e Lithographia do Imperial Instituto Artístico, 1876. v. 3.

MELO, Francisco Inácio Marcondes Homem de. Juízo crítico sobre a ‘História do Ceará’. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, t. 59, parte 2, p. 211-213, 1897.

MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. *A historiografia liberal de Tristão de Alencar Araripe*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998.

OLIVEIRA, João Pacheco de. As mortes do indígena no Império do Brasil: o indianismo, a formação da nacionalidade e seus esquecimentos. In: AZEVEDO, Célia Maria Marinho; ROLLEMBERG, Denise (Org.). *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2009. p. 229-268.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: FGV, 2013. ePub

_____. O nobre sacerdócio da verdade: reflexões sobre o ofício do historiador no Brasil oitocentista. *Lusíada. História*. Lisboa, v. 2, n. 9/10, p. 191-207, 2013a.

_____. Apresentação. In: OLIVEIRA, Maria da Glória de; ARAUJO, Valdei Lopes de (Org.). *Disputas pelo passado: História e historiadores do Império do Brasil*. Ouro Preto: UFOP, 2012. ePub

PIMENTEL FILHO, José Ernesto. *A aristocratização provinciana em Fortaleza (1840-1890)*. 1995. 253 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1995.

PINHEIRO, Francisco José. Introdução. In: ARARIPE, Tristão de Alencar. *História da província do Ceará, dos tempos primitivos até 1850*. 3. ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2002. p. 7-21.

PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. Biografia dos brasileiros distintos por armas, letras, virtudes, etc. D. Antonio Felipe Camarão. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, t. 32, parte 1, p. 201-208, 1869.

_____. Nota 2. In: SOUTHEY, Robert. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: Garnier, 1862.

_____. O Brasil holandês. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, t. 23, p. 67-111, 1860.

PINTO, Antonio Pereira. A Confederação do Equador, notícia histórica sobre a revolução pernambucana de 1824. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, t. 29, parte 2, p. 36-200, 1866.

POMIAN, Krzysztof. *Sobre la Historia*. Tradução de Magalí Martínez Solimán. Madrid: Cátedra, 2007.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. *O fato e a fábula: o Ceará na escrita da história*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2012.

REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *Atas das sessões (anexo)*. Rio de Janeiro, t. 90, v. 144, p. 852-856, 1925.

_____. *Atas das sessões*. Rio de Janeiro, t. 32, parte 2, p. 279-280, 1869.

_____. *Documentos sobre a revolução pernambucana de 1817, copiados de outros existentes no Arquivo Público*. Rio de Janeiro, t. 29, parte 1, p. 201-292, 1866.

_____. *Manuscritos oferecidos ao Instituto durante o ano de 1862*. Rio de Janeiro, t. 25, p. 758, 1862.

_____. *Manuscritos oferecidos ao Instituto durante as sessões ao ano de 1861*. Rio de Janeiro, t. 24, p. 829, 830 e 852, 1861.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François et. al. Campinas: UNICAMP, 2007.

TORNAR-SE HISTORIADOR NO BRASIL OITOCENTISTA: A ESCRITA DA
PRIMEIRA HISTÓRIA DA PROVÍNCIA DO CEARÁ (1867)

RODRIGUES, José Honório. Índice anotado da Revista do Instituto do Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, t. 70, p. 166-349, 1956.

_____. O Ceará e sua Historiografia. In: _____. *Notícia de Vária História*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1951. p. 161-209.

ROUSSO, Henry. O arquivo ou o indício de uma falta. Tradução de Dora Rocha. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 17, p. 1-7, 1996.

RUBIM, Brás da Costa. Memória sobre a revolução do Ceará em 1821. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, t. 29, parte 2, p. 201-262, 1866.

SANTOS, João Brígido dos. *Ceará: homens e fatos*. Rio de Janeiro: Besnard Freres, 1919.

SILVA, Edson Hely. *O lugar do índio*. Conflitos, esbulhos de terras e resistência indígena no século XIX: o caso de Escada PE (1860-1880). 1995. 128 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1995.

SILVA, Ítala Byanca Morais da. *Tristão de Alencar Araripe e a História do Ceará*. Fortaleza: Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006.

SILVA, João Manuel Pereira da. *Os varões ilustres do Brasil: durante os tempos coloniais*. 3. ed. aum. cor. Rio de Janeiro: Garnier, 1868. v. 2.

SILVA, Leandro Maciel. *Tristão de Alencar Araripe e a História da Província do Ceará*. 2013. 104 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

STUDART FILHO, Carlos. O revisionismo histórico e a história do Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, t. 80, p. 166-176, 1966.

SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

THÉBERGE, Pedro. Extratos dos assentos do antigo senado do Icó, desde 1738 até 1835. Do itinerário do presidente José Mariano em 1832. Breve notícia sobre a capitulação do juiz. Dita sobre a marcha de Tristão em 1824. Ditas sobre antiguidades do Cariri. Coligidos nos arquivos do Icó, Aracati, Fortaleza, etc. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, t. 25, p. 62-121, 1862.

_____. Apontamentos sobre a marcha do corpo chamado de Cazumbá. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, t. 25, p. 121-125, 1862a.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Historia Geral do Brasil*. 2. ed. cor. aum. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1877. t. 1.

_____. Biografia dos brasileiros distintos por armas, letras, virtudes, etc. Naturalidade de Dom Antonio Felipe Camarão. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, t. 30, parte 2, p. 419-424, 1867a.

_____. Biografia dos brasileiros distintos por armas, letras, virtudes, etc. Naturalidade de Dom Antonio Felipe Camarão. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, t. 30, parte 1, p. 501-508, 1867.

VIANNA FILHO, Luis. *A vida de José de Alencar*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.

Recebido em: 25 de setembro de 2016

Aceito em: 10 de fevereiro de 2017